

da mesma Faculdade, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

Contrato (extracto) n.º 1336/2005. — Por despacho do vice-reitor de 27 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Lucinda Maria dos Santos Duarte, auxiliar administrativa do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa — reclassificada na categoria de auxiliar técnico da mesma Faculdade, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

Contrato (extracto) n.º 1337/2005. — Por despacho do vice-reitor de 27 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Ofélia Maria Ferreira Pereira, auxiliar administrativa do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa — reclassificada na categoria de auxiliar técnico da mesma Faculdade, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

Contrato (extracto) n.º 1338/2005. — Por despacho do vice-reitor de 27 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Gisela da Conceição Costa Correia Mendes, encarregada do pessoal auxiliar do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa — reclassificada na categoria de auxiliar técnico da mesma Faculdade, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

Contrato (extracto) n.º 1339/2005. — Por despacho do vice-reitor de 27 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Amador Ilídio Teixeira, fiel de armazém, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa — reclassificado na categoria de auxiliar técnico da mesma Faculdade, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 15 361/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 22 de Abril de 2005, proferido por delegação do reitor:

Doutora Alina Isabel Pereira Esteves — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade, para exercer as funções de professora auxiliar, além do quadro, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2005, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Álvaro Pina*.

Despacho (extracto) n.º 15 362/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 22 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Abel do Nascimento Pena, professor auxiliar de nomeação provisória — nomeado definitivamente professor auxiliar, com efeitos a partir de 21 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Álvaro Pina*.

Despacho (extracto) n.º 15 363/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 22 de Junho de 2005, proferido por delegação do reitor:

Maria Paula Marçal Lourenço, professora auxiliar de nomeação provisória — nomeada definitivamente professora auxiliar, com efeitos

a partir de 5 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Álvaro Pina*.

Instituto de Ciências Sociais

Aviso n.º 6721/2005 (2.ª série). — 1 — Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, em especial nos artigos 12.º, 15.º e 24.º, faz-se público que, por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 22 de Abril de 2005, proferido por delegação, é aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo para recrutamento de um investigador principal do quadro de pessoal da carreira de investigação científica do Instituto de Ciências Sociais, constante da Portaria n.º 684/2002, de 20 de Junho, para a área de História Cultural e Política Contemporânea de Portugal.

2 — Ao concurso são admitidos os indivíduos que reúnam os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os requisitos especiais estabelecidos no n.º 1, alíneas a), b) e c), do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

3 — O vencimento base da categoria de investigador principal, em regime de dedicação exclusiva, sem habilitação ou agregação, é calculado nos termos do anexo n.º 1 do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, correspondendo, actualmente (escalon 1, índice 220 da categoria de investigador principal), ao valor de € 3327,02 mensais.

3.1 — À remuneração base acrescem subsídios de férias, de Natal e de refeição e outras prestações complementares a que o funcionário tenha direito.

3.2 — As condições de trabalho são as constantes do diploma da carreira de investigação científica (Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril) e das normas estabelecidas nos Estatutos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 6 de Julho de 2000, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 9 de Agosto de 2000).

4 — As funções cometidas ao investigador principal são as constantes do artigo 5.º, n.ºs 2 e 4, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

5 — Local de trabalho, tipo de concurso, lugares a preencher e prazo de validade:

5.1 — O local de trabalho situa-se em Lisboa, na sede do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sita na Avenida do Professor Aníbal de Bettencourt, 9;

5.2 — O concurso é externo, em conformidade com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril;

5.3 — O concurso é aberto para um dos lugares vagos da categoria de investigador principal do quadro do ICS e extingue-se com o respectivo provimento.

6 — O júri, nomeado por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 22 de Abril de 2005, proferido por delegação e publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, tem a seguinte constituição:

Presidente — Presidente do conselho científico do ICS, conforme despacho de delegação do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 2 de Maio de 2005.

Vogais:

Doutor Fernando José Almeida Catroga, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutora Mercedes Cabrera Calvo Sotelo, professora catedrática da Universidade Complutense de Madrid.

Doutora Maria Filomena de Carvalho Godinho Mónica, investigadora-coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria de Fátima Oliveira da Silva Bonifácio, investigadora-coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

7 — Os candidatos devem formalizar as respectivas candidaturas, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Avenida do Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, dele devendo constar:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e datas de emissão e de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada, código postal e telefone);
- b) Certidão de registo de nascimento;

- c) Certificado de registo criminal;
- d) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, emitido pela delegação de saúde;
- e) Documento comprovativo, se aplicável, do cumprimento da Lei do Serviço Militar;
- f) Documentos comprovativos das respectivas habilitações académicas, autênticos, autenticados ou nas condições a que se refere o artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro;
- g) Seis exemplares do *curriculum vitae* e do relatório de actividades a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril;
- h) Um exemplar de cada uma das obras publicadas a título individual ou colectivo;
- i) Quaisquer outros elementos que possam constituir motivo de valorização da candidatura, designadamente contribuições em actividades de orientação científica, participação em órgãos de gestão e prestação de serviços à comunidade.

8 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a e) do n.º 7 aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

9 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final são afixadas na sede do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e enviadas por correio registado a todos os candidatos.

10 — Os requerimentos referidos no n.º 7 do presente aviso, assim como os documentos que os devem instruir, podem ser entregues pessoalmente na morada indicada ou ser remetidos por correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo igualmente indicado.

11 — A avaliação consiste na apreciação dos *curricula vitae* e da obra científica dos candidatos e efectua-se de acordo com os seguintes critérios, com igual ponderação:

11.1 — Na avaliação curricular, incluindo o relatório de actividades, serão apreciados e avaliados os seguintes factores:

- a) Experiência e formação profissionais, nelas se incluindo:
- b) Realização e coordenação de programas e projectos de investigação, assim como prémios e distinções atribuídas à actividade de investigação;
- c) Organização de congressos, colóquios, seminários e conferências científicas, bem como a apresentação de comunicações em eventos desta natureza;
- d) Contribuições em actividades de promoção e docência em pós-graduações e outras actividades de orientação científica;
- e) Participação em órgãos de gestão e prestação de serviço à comunidade.

11.2 — Na obra científica, serão apreciadas as publicações individuais ou colectivas, desde que, nestas últimas, a contribuição individual dos candidatos possa ser claramente destacada, e serão especialmente valorizadas:

- a) A qualidade científica do conjunto da obra;
- b) As publicações de âmbito internacional.

12 — O presente aviso foi aprovado pelo júri em reunião de 21 de Junho de 2005.

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

21 de Junho de 2005. — O Presidente do Júri, *Manuel Villaverde Cabral*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 15 364/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Isabel Maria Machado Correia Brioso Dias, professora auxiliar em contrato administrativo de provimento na Universidade do Minho — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Com base no parecer circunstanciado e fundamentado dos professores Maria Margarida dos Santos Proença de Almeida e António

Mendes da Silva Ferraz, o plenário do conselho científico, em reunião ocorrida a 25 de Maio de 2005, considerou que a actividade científica e pedagógica desenvolvida pela Doutora Isabel Maria Machado Correia Brioso Dias satisfaz os requisitos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, pelo que deliberou propor, por unanimidade, a sua nomeação definitiva como professor auxiliar desta Universidade.

A Presidente do Conselho Científico da Escola de Economia e Gestão, *Margarida Proença*.

28 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 15 365/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Maio de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Ana Paula Morais de Carvalho Macedo, professora-adjunta, em comissão de serviço, na Universidade do Minho — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 7 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 15 366/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Pedro Alexandre Leão Araújo Gonçalves Teixeira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 40%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 15 367/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Andreia Sofia Alves Pinto Pacheco — celebrado contrato administrativo de provimento como monitora, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2005, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40% do índice 100, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 15 368/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Maio de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Rosa Maria Macedo da Cunha, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro da Universidade do Minho — nomeada, em regime de substituição, secretária de escola, do Instituto de Educação e Psicologia, do mesmo quadro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2005, pelo período de 60 dias. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Despacho n.º 15 369/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Junho de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Ana Maria Cerveira e Castro da Silveira Portocarrero, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente — nomeada, mediante concurso, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal não docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data da posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Junho de 2005. — O Director, *Peter Frank Lindley*.